COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº. 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2004

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades executadas no exercício de 2004, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, e adicionalmente, o Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA e a Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos de suma importância para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, junto a sociedade.

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de seus 36 anos de existência.

A COCEL realizou neste exercício, investimentos em equipamentos e serviços, tendo em vista a necessidade constante da melhoria da qualidade da energia que é entregue aos seus clientes.

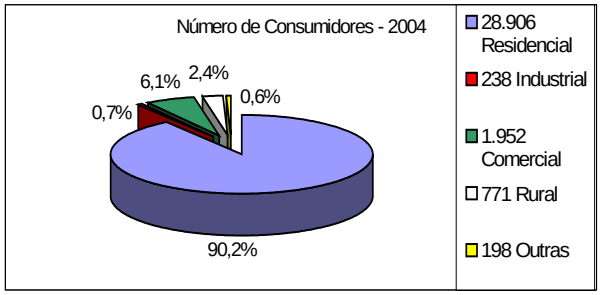
Mercado de Energia

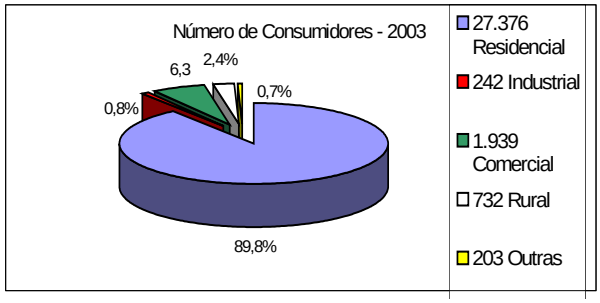
A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 1.573 novas ligações, das quais 1.530 se referem a classe residencial, totalizando ao final do exercício 32.065 consumidores, contra 30.492 em 2003 o que representa um crescimento de 5,2%, com destaque para classe residencial que representa 90,1% do número de consumidores, 26,0% do mercado de venda de energia em KWh e 38,6% do faturamento líquido.

A classe industrial com 238 consumidores, representa 0,7% do total de consumidores, 53,1 % do mercado de venda de energia em kWh, e 40,3 % do faturamento líquido.

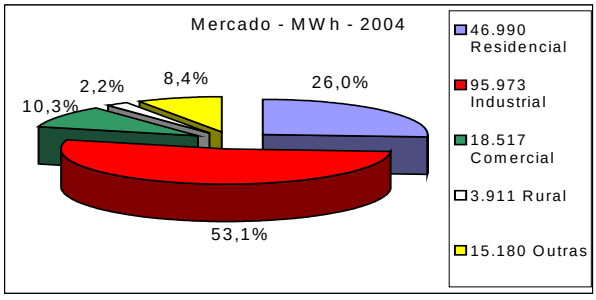
Com a redução do número de empregados e aumento do número de consumidores, a relação consumidores/empregados apresentou um aumento de 7,7 %, passando de 363 para 391 consumidores por empregado em 2.004.

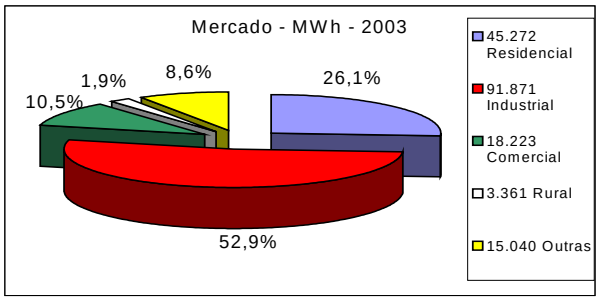




A energia requerida ao longo do exercício de 2004, adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um crescimento de 4,2 %, passando de 185.190 MWh para 192.902 MWh em 2004, enquanto que a demanda máxima ocorrida no mês de junho, atingiu a 32.776 kW.

A energia faturada em nossa área de concessão, apresentou um crescimento de 3,9 %, passando de 173.767 MWh para 180.571 MWh em 2004.

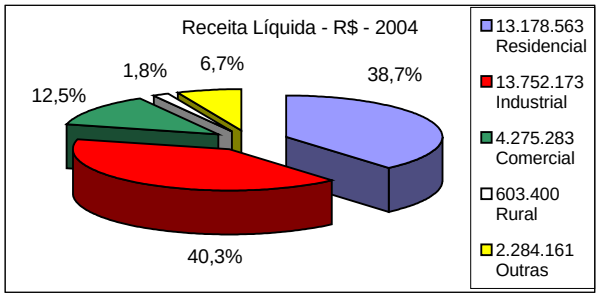


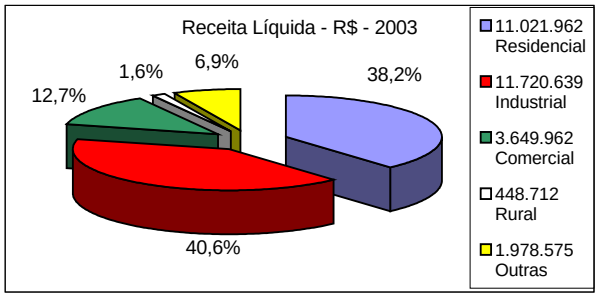


RECEITA DE FORNECIMENTO

O faturamento de energia elétrica, incluído a receita não faturada apresentou um crescimento de 17,4%, passando de R$ 39.196 mil para R$ 46.025 mil em 2004, decorrente do aumento do número de consumidores e principalmente da revisão tarifária ocorrida a partir de março de 2004.

O fornecimento líquido de energia teve um crescimento de 18,3%.





TARIFAS DE ENERGIA

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica excluído o valor do ICMS em 2004, atingiu R$ 178,20/MWh, com aumento de 14,0 % com relação a dezembro de 2003.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 6,4%.

Classe	Tarifa média em R$/MWh – DEZ
Residencial	260,59
Industrial	138,27
Comercial	229,13
Rural	151,79
Poder público	233,54
Outros	137,81
Tarifa Média	178,20

QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (freqüência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através do Sistema de Gerenciamento de Redes Elétricas, SIG REL, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e do FEC realizados no exercício foram de 14,78 e 11,40 respectivamente.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa de universalização de acesso à energia elétrica "Luz para Todos", em sua 1ª etapa na COCEL, tem por objetivo levar energia a 300 famílias. Os recursos serão provenientes da conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da Reserva Global de Reversão (RGR) e da COCEL. A implantação do Programa Luz para Todos na COCEL teve inicio no mês de outubro de 2004.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Tecnologia de Informação é imprescindível para a qualidade no atendimento aos consumidores. Sendo assim, a COCEL promove a constante evolução de seus sistemas e equipamentos de informática para manter seus níveis de qualidade de serviço.

Neste ano de 2004, além de pesados investimentos na área de manutenção dos seus sistemas, a COCEL atualizou um dos seus mais importantes softwares, o Sistema de Gerenciamento de Redes Elétricas SIGREL. O novo sistema, denominado agora SGD, trará mais rapidez e facilidade para o controle das redes elétricas instaladas, possibilitando uma melhor interação com seus operadores. Em uma plataforma moderna, propiciará a integração definitiva com o sistema de gerenciamento comercial já instalado, o Sistema de Gestão desenvolvido pela empresa OFM.

ECONÔMICO/FINANCEIRO

O lucro líquido foi de R$ 5.138.558 contra R$ 3.883.483 obtido no exercício anterior com um crescimento de 32,33%. Sendo que esta incluído neste lucro o valor de R$ 1.324.341, referente a contabilização do Ativo Regulatório decorrente das majorações de alíquotas da contribuição para o PIS e COFINS conforme instruções contidas no Ofício circular nº. 302/2005 SFF/ANEEL A receita operacional líquida atingiu a R$ 30.587.250, que representa um aumento de 14,56% sobre o ano anterior que foi de R$26.700.272, resultado do aumento do número de consumidores e da revisão tarifária ocorrida a partir de março de 2004.

As despesas operacionais totalizaram R$ 23.670.818, sendo 10,8% superiores a 2003, decorrente do aumento de 19,3% verificado na compra de energia , dos custos gerenciados com pessoal, material e serviços de terceiros que tiveram aumento de 13,5%, e da quota para conta de consumo de combustível com 36,2%.

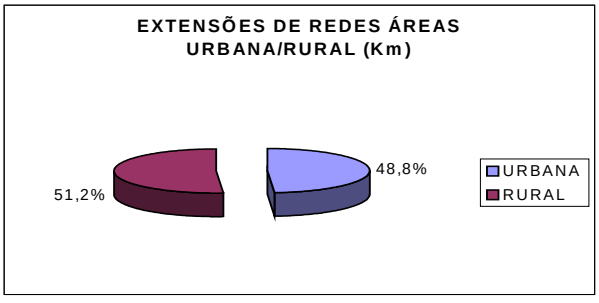
O lucro líquido de R$ 5.138.558, representou um retorno de 31,4% sobre o patrimônio líquido de 2003.

INVESTIMENTOS

Ao longo do exercício, sempre em busca do aperfeiçoamento de seu sistema, a COCEL aplicou parcela significativa de recursos em melhoria e reforço de redes, mas sem deixar de lado as obras de ampliação que propiciam que um número cada vez maior de campolarguenses tenham acesso à energia elétrica. Em 2004 as redes de distribuição da Companhia foram ampliadas em 20 mil metros, instaladas 254 novas luminárias e 139 transformadores foram instalados ou substituídos, proporcionando aumento na capacidade instalada de transformação.

Na tabela abaixo é apresentado um resumo das obras realizadas no ano de 2004.

TIPO DA OBRA	Rede		Postes	TRAFO Instal.	POTÊNCIA Instalada
	B.T.(m)	A.T.(m)			
Ampliação Urbana	9935	5604	279	28	805
Reforço Urbano	239	220	4	6	352
Melhoria Urbana	2821	3180	142	9	305
Ampliação Rural	5329	8475	188	68	775
Reforço Rural	1205	916	6	12	332
Melhoria Rural	3391	3767	124	16	295
TOTAL	**22920**	**22162**	**743**	**139**	**2864**



Os investimentos no exercício totalizaram R$ 3.430.639 contra R$ 3.052.038 realizado no ano anterior.

A Companhia possui atualmente nas áreas rurais e urbanas 1.633 km de rede de alta e baixa tensão, 22.378 postes instalados e 2.404 transformadores de distribuição.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 90 da Lei n0 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2004, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R$ 1.600.000 (R$ 1.500.000 em 2003), e também constituiu reserva legal no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

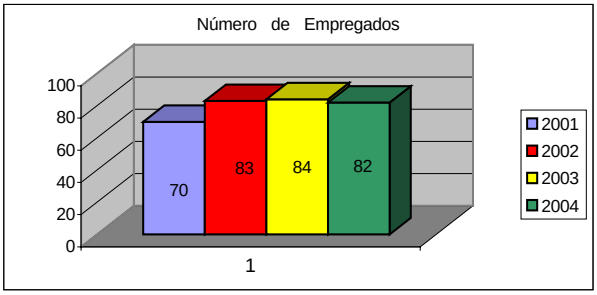
Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R$ 3.281.630 como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício justificado pelo orçamento de capital da concessionária.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 2004 o capital social da concessionária é de R$ 16.000.000, representado por 500.000.000 ações ordinárias sem valor nominal.

RECURSOS HUMANOS

Ao final do exercício o quadro efetivo de empregados da Companhia era constituído de 82 colaboradores.



Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R$ 57.395, em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades. Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária. Houve ainda investimento de R$ 30.446 referente a ajuda de custo de material escolar para os dependentes de seus empregados e um investimento referente a aposentadoria privada BrasilPrev no valor de 18.645.

Cursos Realizados:

CURSO	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados
Cuidados de Segurança em Operação com Moto-serra	20 horas	04 funcionários
Cuidados Básicos com EPI's	04 horas	09 funcionários
Curso de Prevenção e Combate a Incêndio	04 horas	25 funcionários
Curso sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho para Componentes da CIPA	20 horas	08 funcionários
Curso Primeiros Socorros	04 horas	12 funcionários

Palestras Realizadas:

Assunto	Carga Horária	Funcionários Participantes
Como Evitar e Eliminar o Stress	02 horas	37 funcionários
Alcoolismo	02 horas	24 funcionários
Primeiros Socorros no Trabalho e em casa	02 horas	29 funcionários

BALANÇO SOCIAL

Responsabilidade social é muito mais do que um simples ato de filantropia motivado por marketing promocional da empresa ou de relações públicas, é mais nobre do que garantir que o nosso produto seja seguro e confiável, mais nobre do que gerar riquezas e empregos, ou recolher impostos na condução normal dos negócios. Responsabilidade social para a COCEL é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobretudo, uma atitude pró-ativa de estender a mão aos mais carentes, é ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda sua atuação, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

TARIFA SOCIAL

Efetuada através de reclassificação da subclasse Residencial Baixa Renda conforme resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica dentro dos seguintes critérios:

- Até 80 KWh: todos os consumidores residenciais monofásicos sendo apenas uma unidade por consumidor.
- Entre 80 e 220 KWh, todos os consumidores residenciais cadastrados, com base na média móvel dos últimos 12 meses e que esteja inscrito em um dos Programas Sociais do Governo Federal: Cartão Cidadão do Governo Federal; Bolsa Escola; Auxilio gás e que possua renda mensal "per capita" máxima de ½ (meio) salário mínimo.

PROGRAMA LUZ FRATERNA

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que paga a fatura de energia de até 100 KWh/mês para famílias de baixa renda , cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal.

PROGRAMA DE ESTAGIÁRIOS

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontífice Universidade Católica - PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática - SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICEMP e CIEE Centro de Integração Empresa Escola contamos atualmente com 03 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

MENOR APRENDIZ

A Companhia possui termo de compromisso com a Fundação João XXIII no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício 04 menores desenvolveram atividades na Companhia.

PROGRAMA DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA

A COCEL investiu em 2004 no Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica ciclo 2002/2003, aprovado pela ANEEL. R$ 114.899,05 em projetos de melhoria da Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do Município.

Foram eficientizados 1.401 pontos, com a substituição de lâmpadas e equipamentos convencionais por lâmpadas e equipamentos que incorporam tecnologias mais eficientes. Na sua maioria foram substituídas lâmpadas e equipamentos 125w vapor de mercúrio (6.000lm) por lâmpadas e equipamentos 100 w vapor de sódio (9.200lm), acarretando uma economia de 278,97 (MWh/ano) com uma redução na demanda de 63,69 (Kw), aumentando o fluxo luminoso em 53,33%. As metas físicas abrangeram o Centro, Santa Rita, Aparecida, Vila Nova, Bom Jesus, Vila Silca, Vila Elizabete, Vila Bancária, Colônia Mariana e Populares Novas. Os benefícios foram: Para o consumidor, a conscientização para adoção de medidas eficientes de economia de energia elétrica sem abrir mão do conforto que ela proporciona; Para a concessionária, melhoria das condições operativas, bem como a diminuição dos estoques de manutenção pela padronização de equipamentos mais eficientes e, para a sociedade a melhoria da segurança pública e na qualidade de vida.

PROGRAMA ANUAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A COCEL finalizou em 2004 o primeiro ano de um projeto plurianual aprovado pela ANEEL e desenvolvido em parceria com o LACTEC tendo como título: Desenvolvimento de ferramenta computacional para o controle de perdas técnicas no sistema elétrico da COCEL. O orçamento realizado até o quadrimestre (3) ano (1) foi de R$ 51.900,00 , onde foram realizadas as etapas: Levantamento do estado da arte, levantamento de dados e ensaio em laboratório com envio do relatório final ano (1) à nossa Agência Reguladora.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

	2004 (R$)	2003 (R$)
1. Bases de Cálculo		
1.1 Receita Líquida	30.587.250	26.700.272
1.2 Lucro Operacional	5.564.157	3.745.681
1.3 Folha de Pagamento Bruta	2.811.218	2.485.371

	2004			2003		
2 Indicadores Laborais	**Valor (R$)**	**% sobre 1.2**	**% sobre 1.1**	**Valor (R$)**	**% sobre 1.2**	**% sobre 1.1**
2.1 Alimentação	301.969	5,43	0,99	227.814	6,08	0,85
2.2 Encargos Sociais Compulsórios s/ Diretoria	865.345	15,55	2,83	756.055	20,18	2,83
2.3 Saúde	281.704	5,06	0,92	187.223	5,00	0,70
2.4 Educação	87.841	1,58	0,29	71.376	1,90	0,27
2.5 Participação nos Lucros ou Resultados	179.210	3,22	0,58	163.288	4,36	0,61
2.6 Outros Benefícios	47.694	0,86	0,16	47.582	1,27	0,18
Total Indicadores Laborais (2.1 a 2.6)	1.763.763	31,70	5,77	1.453.338	38,79	5,44
3 Indicadores Sociais	**Valor (R$)**	**% sobre 1.2**	**% sobre 1.1**	**Valor (R$)**	**% sobre 1.2**	**% Sobre 1.1**
3.1 Tributos	19.785.372	255,58	64,68	16.037.478	328,16	60,06
Total Indicadores Sociais	19.785.372	255,58	64,68	16.037.478	328,16	60,06

	2004	2003
4. Indicadores do Corpo Funcional	**Nº de empregados**	**Nº de empregados**
4.1 N.º. de empregados ao final do exercício	82	84
4.2 Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	33	35
2º. Grau	30	30
1º. Grau	19	19
4.3 Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	7	9
De 30 até 45 anos (exclusive)	53	53
Acima de 45 anos	22	22
4.4 Admissões/demissões durante o período	(2)	01
4.5 N.º de mulheres que trabalham na empresa	18	20
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº.total de mulheres	5%	5%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº.total de gerentes	6%	9%
4.6 Estagiários	6	10

AGRADECIMENTOS

Ao final deste breve relato das principais atividades desenvolvidas pela Companhia, a Diretoria da COCEL, agradece em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos fornecedores, aos nossos consumidores, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, nossa supridora de energia.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2004.

RUBENS MAZZON
Diretor Presidente

NELSON PORTUGAL GUIMARÃES
Diretor Econômico-Financeiro

GILMAR ANTONIO COLTRO
Diretor Administrativo

CARLOS CAMPOLIM BARRICHELLO
Diretor Técnico

FRANCISCO OCTAVIO DE OLIVEIRA ESCORSIM
Diretor Jurídico

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº 75.805.895/0001 - 30
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2004 e 2003
(Valores expressos em Reais)
ATIVO

	Legislação Societária	
	2004	**2003**
CIRCULANTE		
Numerário disponível	278.099	483.662
Aplicações no Mercado Aberto		409.818
Numerário em trânsito	72.932	134.792
Consumidores, concessionários e Permissionários	5.018.085	4.496.112
Devedores diversos	619.567	685.357
Serviços em curso	11.135	8.043
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(350.312)	(213.750)
Estoque	286.128	204.986
Despesas pagas antecipadamente	587.146	20.557
Outros créditos	227.519	198.061
	6.750.299	6.427.638
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Títulos e valores mobiliários	195.384	195.384
Ativo Regulatório - PASEP/COFINS	1.324.341	0
Tributos a compensar		
Depósitos judiciais	1.424.441	1.345.141
	2.944.166	1.540.525
PERMANENTE		
Investimentos	295.242	292.869
Imobilizado	18.144.751	16.323.432
Diferido	174.736	338.904
	18.614.729	16.955.205
Total do ativo	28.309.194	24.923.368

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº 75.805.895/0001 - 30
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2004 e 2003
(Valores expressos em reais)
PASSIVO

	Legislação Societária	
	2004	**2003**
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.738.543	1.683.811
Folha de pagamento	56.282	45.020
Tributos e contribuições sociais	1.706.557	1.225.672
Participação nos lucros	180.404	171.305
Dividendos e juros sobre capital próprio	886.288	1.497.104
Empréstimos e financiamentos	724.254	223.751
Credores diversos	25.144	189.489
Obrigações estimadas	473.029	426.218
Encargos do consumidor	275.075	139.614
Encargos tarifários	89.251	147.369
Outras contas a pagar	242.483	666.778
	6.397.310	6.416.131
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Tributos e contribuições sociais	1.444.982	1.365.682
Empréstimos e financiamentos	418.713	506.705
Provisões para contingências	158.181	283.400
	2.021.876	2.155.787
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	16.000.000	12.000.000
Reservas de capital	20.256	20.256
Reservas de lucros	3.869.752	4.331.194
	19.890.008	16.351.450
Total do Passivo	28.309.194	24.923.368

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº- 75.805.895/0001 - 30
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2004 e 2003
(Valores expressos de reais)

	Legislação Societária	
	2004	**2003**
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica	46.024.988	39.196.211
Outras	368.214	619.904
	46.393.202	39.816.115
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão	308.722	306.751
ICMS	11.739.720	10.163.662
PASEP/PIS	362.446	442.715
COFINS	2.475.114	1.206.444
Encargos de capacidade emergencial	919.950	996.271
	15.805.952	13.115.843
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30.587.250	26.700.272
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Pessoal	4.283.212	3.471.190
Material	619.364	618.556
Serviços de terceiros	1.484.513	1.538.573
Energia elétrica comprada para revenda	13.065.933	11.997.961
Conta de Desenvolvimento Energético	610.672	580.531
Quota para a conta de consumo de combustível	1.579.233	1.159.797
Depreciação e amortização	1.472.831	1.462.681
Provisão p/ créd. liquidação duvidosa	126.730	40.594
Provisão para contingências	(125.219)	(100.122)
Outras despesas	553.549	597.039
	23.670.818	21.366.800
RESULTADO DO SERVIÇO	6.916.432	5.333.472
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	425.420	319.062
Outras receitas financeiras	63.978	79.792
Juros sobre capital próprio	(1.600.000)	(1.500.000)
Outras despesas financeiras	(241.673)	(486.645)
	(1.352.275)	(1.587.791)
RESULTADO OPERACIONAL	5.564.157	3.745.681
RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.888	774
DESPESA NÃO OPERACIONAL	(60.762)	(18.378)
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda,	5.507.283	3.728.077
Contribuição social	491.999	334.416
Imposto de renda	1.297.516	846.891
Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	3.717.768	2.546.770
PARTICIPAÇÕES	179.210	163.287
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	3.538.558	2.383.483
Reversão dos juros sobre o capital próprio	1.600.000	1.500.000
Lucro líquido do exercício / período	5.138.558	3.883.483
Lucro por lote de 1.000 ações - R$	10,277	7,767

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº- 75.805.895/0001 - 30
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos dos
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003
(Valores expressos em reais)

	Legislação societária	
	2004	**2003**
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	5.138.558	3.883.483
Despesas (receitas) que não afetam o cap. circ líquido		
- Depreciação e amortização	1.472.831	1.462.681
- Crédito PASEP/COFINS - depreciação	67.623	0
Baixa do ativo imobilizado	60.365	37.133
Provisões no exigível a longo prazo	(125.219)	(100.122)
	6.614.158	5.283.175
De terceiros		
Contribuição e doação de consumidor	172.669	133.002
Tributos contribuições sociais ajuizados	79.300	78.709
	251.969	211.711
TOTAL DAS ORIGENS	6.866.127	5.494.886
APLICAÇÕES		
No realizável a longo prazo	1.403.641	78.709
No investimento	2.373	774
No imobilizado	3.430.639	3.052.038
No diferido	0	0
Nos dividendos propostos	1.600.000	1.500.000
Transferência do exigível longo prazo para circulante		
Financiamento	87.992	223.750
Provisões	0	102.728
TOTAL DAS APLICAÇÕES	6.524.645	4.957.999
Aumento do capital circulante líquido	341.482	536.887
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No inicio do exercício	6.427.638	6.321.571
No fim do exercício	6.750.299	6.427.638
	322.661	106.067
Passivo Circulante		
No inicio do exercício	6.416.131	6.846.951
No fim do exercício	6.397.310	6.416.131
	(18.821)	(430.820)
Aumento do capital circulante líquido	341.482	536.887

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº- 75.805.895/0001 - 30
Demonstração do Valor Adicionado dos
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003
(Valores expressos em reais)

	Legislação Societária	
1 - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**2004**	**2003**
Receitas de vendas de energia e serviços	46.393.202	39.816.115
Receitas não operacionais líquidas	(56.874)	(17.604)
Menos :		
Insumos		
Custo da energia comprada	(13.065.933)	(11.997.961)
Serviços de terceiros	(1.104.232)	(960.286)
Materiais	(619.364)	(618.556)
Outros custos operacionais	(420.627)	(400.099)
	(15.210.156)	(13.976.902)
2 - VALOR ADICIONADO BRUTO	31.126.172	25.821.609
Quotas de reintegrações	1.472.831	1.462.681
3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	29.653.341	24.358.928
Receitas financeiras líquidas	280.653	(49.772)
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	29.933.994	24.309.156
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	4.842.703	4.212.764
Governos:		
(Impostos, taxas e contribuições)	19.785.372	16.037.478
Aluguéis	134.433	137.412
Juros s/capital próprio / dividendos	1.600.000	1.500.000
Lucros retidos	3.538.558	2.383.483
Juros de financiamento	32.928	38.019
TOTAL	29.933.994	24.309.156

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº 75.805.895/0001 - 30
Demonstração do Fluxo de Caixa dos
Exercícios Findos em 31 De Dezembro de 2004 e 2003
(Valores expressos em reais)

	Legislação Societária	
		(reclassificado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2004**	**2003**
Lucro líquido do exercício	5.138.558	3.883.483
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	136.562	(8.841)
Depreciação e amortização	1.472.831	1.462.681
Crédito PASEP/COFINS Depreciação	67.623	-
Baixas do imobilizado em serviço	60.365	37.133
Provisões no exigível a longo prazo – contingências fiscais	79.300	78.709
Provisões no exigível a longo prazo - outras	(125.219)	(202.850)
	6.830.020	5.250.315
Variações no ativo circulante		
Consumidores e revendedores	(521.973)	336.928
Serviços em curso	(3.092)	7.337
Outros créditos	(29.458)	58.372
Estoque	(81.142)	(61.765)
Pagamentos antecipados	(566.589)	357.074
Devedores diversos	65.790	81.293
	(1.136.464)	779.239
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	54.732	138.809
Folha de pagamento provisões trabalhistas	11.262	(12.912)
Tributos e contribuições sociais	480.885	(296.546)
Variação de dividendos declarados	(610.816)	(466.862)
Outras contas a pagar	(455.387)	206.691
	(519.324)	(430.820)
APLICAÇÕES NO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais	(79.300)	(78.709)
Ativo Regulatório PASEP/COFINS	(1.324.341)	0
Total das Atividades Operacionais	3.770.591	5.520.025
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Participações societárias	(2.373)	(774)
Aplicações no imobilizado - obras de distribuição	(3.430.639)	(3.052.038)
Contribuições do consumidor	172.669	133.002
Total das atividades de investimentos	(3.260.343)	(2.919.810)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos	648.888	-
Amortização de empréstimos	(236.377)	(223.750)
Juros sobre Capital Próprio	(1.600.000)	(1.500.000)
Total das Atividades de Financiamento	(1.187.489)	(1.723.750)
Total dos efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	1.028.272	151.807
Saldo final de caixa	351.031	1.028.272
Aumento/Diminuição do caixa	(677.241)	876.465

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
CNPJ. Nº- 75.805.895/0001-30
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003
(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	TOTAL
SALDO em 31 de Dezembro de 2002	11.000.000	152.323	2.815.644	-	13.967.967
Aumento do capital social: AGO/AGE - 21/03/2003					
Com reservas	867.933		(867.933)		-
Outras Reservas de Capital	132.067	(132.067)			-
Lucro líquido do exercício				3.883.483	3.883.483
Destinação do lucro proposta a AGO:					
Reserva legal			194.174	(194.174)	-
Reserva de retenção de lucro			2.189.309	(2.189.309)	-
Juros s/ capital próprio (R$3,00 p/ lote 1000 ações)				(1.500.000)	(1.500.000)
SALDO em 31 de Dezembro de 2003	12.000.000	20.256	4.331.194	-	16.351.450
Aumento do capital social: AGO/AGE - 31/03/2004					
Com reservas	4.000.000		(4.000.000)		-
Outras reservas de capital					-
Lucro líquido do exercício				5.138.558	5.138.558
Destinação do lucro proposta a AGO:					
Reserva legal			256.928	(256.928)	-
Reserva de retenção de lucro			3.281.630	(3.281.630)	-
Juros s/ capital próprio (R$ 3,20 p/ lote 1000 ações)				(1.600.000)	(1.600.000)
SALDO em 31 de Dezembro de 2004	16.000.000	20.256	3.869.752	-	19.890.008

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº- 75.805.895/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo do Município de Campo Largo, que detém 88,8% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividades principais a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 Km2.

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL

2) DA CONCESSÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria n.º. 530 de 1º dezembro de 1998 do MME, com vencimento em 07/07/2015.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas através da Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995 que não mais reconhece os efeitos da inflação a partir de 1º. de janeiro de 1996, de instruções contidas no "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica", instituído pela resolução ANEEL nº- 44 de 26 de outubro de 2001 e pelo oficio circular nº- 2306/04 e 302/05 da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

ATIVO CIRCULANTE

4.1 - DISPONIBILIDADES

O saldo inclui as disponibilidades bancárias, de caixa, e numerários em trânsito, sendo que estes correspondem aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2 – CONSUMIDORES

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente da energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício.

	2004	**2003**
Fornecimento faturado	3.233.992	2.803.412
Fornecimento n/ faturado	1.454.066	1.262.378
Outros	330.027	430.322
	5.018.085	4.496.112

O fornecimento faturado apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe

Consumidor/Concessionária	**Saldos Vincendos**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**Total**
Residencial	655.180	674.759	136.700	1.466.639
Industrial	595.265	161.562	248.562	1.005.389
Comércio, Serviços e Outras atividades	196.963	164.436	47.921	409.320
Rural	14.321	16.231	321	30.873
Poder público	25.148	51.417	71.617	148.182
. Federal	49	385	786	1.220
. Estadual	9.588	33.332	28.421	71.341
. Municipal	15.511	17.700	42.410	75.621
Iluminação pública	159.687			159.687
Serviço público	6.127	7.719		13.846
Consumo próprio	56			56
Total – consumidores	1.652.747	1.076.124	505.121	3.233.992

4.3 - DEVEDORES DIVERSOS

	2004	**2003**
Tributos e contribuições sociais	542.182	573.886
Empregados	77.385	111.471
	619.567	685.357

4.4 - OUTROS CRÉDITOS

	2004	**2003**
RGR a compensar	23.880	8.371
Serviços prestados a terceiros	19.293	13.031
Subclasse residencial baixa renda	170.198	117.804
Outros	14.148	58.855
	227.519	198.061

Os efeitos decorrentes da aplicação dos novos critérios de classificação de unidades consumidora na subclasse residencial baixa renda, estabelecida pela lei 10.438 de 26 de abril de 2002, apresentou os seguintes efeitos:

Mês	**% do Subsídio Baixa Renda**	**Diferença Subsídio %**	**Receita Classe Residencial**	**Diferença de Receita**
Janeiro	8,53	6,83	923.377	63.067
Fevereiro	8,76	7,06	909.368	64.201
Março	9,05	7,35	880.451	64.713
Abril	10,36	8,66	943.322	81.692
Maio	8,99	7,29	1.083.303	78.973
Junho	9,10	7,40	1.049.806	77.686
Julho	9,27	7,57	1.022.642	77.414
Agosto	9,50	7,80	1.009.224	78.719
Setembro	9,67	7,97	1.028.619	80.952
Outubro	9,59	7,89	1.053.002	83.082
Novembro	10,10	8,40	1.023.766	85.988
Dezembro	10,05	8,35	1.008.924	84.210
Total				920.697

4.5 - PROVISÃO P/ CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O valor da provisão para devedores duvidosos, constituída no montante de R$ 350.312, é considerada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

4.6 - ESTOQUE

Corresponde a materiais de almoxarifado e estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao valor de mercado.

4.7 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2004	2003
CVAccc	587.146	20.557
	587.146	20.557

CVA – Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela "A" registra as variações ocorridas nos recolhimentos efetuados mensalmente referentes à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, ocorridos entre reajustes tarifários que serão repassados as tarifas de fornecimento de energia.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

4.8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

O valor de R$ 195.384, refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto do Governo do Estado.

4.9 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Depósitos judiciais efetuados junto a Caixa Econômica Federal, referente a processos movidos junto à União Federal.

	2004	2003
COFINS	851.682	851.682
PASEP	180.534	180.534
SAT	363.770	284.470
CPMF	28.455	28.455
Total	1.424.441	1.345.141

4.10 – ATIVO REGULATÓRIO

	2004	2003
	PASEP	
2002	11.856	0
2003	181.319	0
2004	214.675	0
Subtotal	407.850	0
	COFINS	
2004	916.491	0
Subtotal	916.491	0
Total	1.324.341	0

Refere-se aos efeitos produzidos pelas Leis nº 10.637 de 30/Dez/02, 10.833 de 29/Dez/03 e 10.865 de 30/Abr/04, em função da mudança de critérios de apuração do PIS e da COFINS, em atendimento as instruções contidas nos Ofício Circular 190/2005-SFF/ANEEL de 01/Fev/05 e Ofício Circular 302/2005-SFF/ANEEL de 25/Fev/05.

ATIVO PERMANENTE

4.11 - INVESTIMENTO

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2004	2003
Participações Soc. Permanentes	56.422	56.422
(-)Provisão para desvalorização	41.799	44.172
	14.623	12.250
Outros investimentos	280.619	280.619
	295.242	292.869

4.12 - IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE no 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL no 02 de 24 de dezembro de 1997 e no 44, de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Mensalmente, são apropriadas às imobilizações em curso, através de rateio de até 10 % dos gastos com pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso.

4.12.1 - DISTRIBUIÇÃO

Em Serviço	Taxa Anuais Médias de Depreciação (%)	2004	2003
Intangíveis		4.763	3.415
Terrenos		110	110
Edificações, obras civis e benfeitorias		9.197	9.197
Máquinas e equipamentos		27.757.469	25.800.292
Veículos		430.660	430.660
Móveis e utensílios		947	947
		28.203.146	26.244.621
(-) Depreciação Acumulada			
Intangíveis	20,0%	3.260	1.551
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,0%	4.632	4.264
Máquinas e equipamentos	4,6%	9.227.690	8.134.299
Veículos	3,1%	427.227	422.009
Móveis e utensílios	10,0%	179	85
Subtotal		9.662.988	8.562.208
Em Curso		2.777.222	1.594.711
Subtotal		2.777.222	1.594.711
Total da Distribuição		21.317.380	19.277.124

4.12.2 – ADMINISTRAÇÃO

Em Serviço	Taxa anuais Médias de Depreciação (%)	2004	2003
Intangíveis		54.852	54.852
Terrenos		258.083	258.083
Edificações, obras civis e benfeitorias		397.000	378.526
Máquinas e equipamentos		341.168	336.273
Veículos		69.871	69.871
Móveis e utensílios		147.227	137.197
		1.268.201	1.234.802
(-) Depreciação Acumulada			
Intangíveis	20,0%	53.539	50.433
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,0%	199.620	184.171
Máquinas e equipamentos	9,1%	172.277	139.348
Veículos	20,0%	53.369	40.411
Móveis e utensílios	9,2%	99.208	86.544
Subtotal		578.013	500.907
Total da Administração		690.188	733.895

4.12.3 – COMERCIALIZAÇÃO

Em Serviço	Taxa anuais Médias de Depreciação (%)	2004	2003
Intangíveis		0	1.348
Máquinas e equipamentos		28.052	28.052
Móveis e utensílios		9.232	9.232
		37.284	38.632
(-) Depreciação Acumulada			
Intangíveis	20,0%	0	1.166
Máquinas e equipamentos	4,7%	4.408	2.952
Móveis e utensílios	8,5%	2.440	1.518
Subtotal		6.848	5.636
Total da Comercialização		30.436	32.996

4.12.4 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

Participação Financeira do Consumidor		
Imobilizado em serviço	3.626.852	3.323.686
Imobilizado em curso	75.299	15.897
Pendente de recebimento	186.105	370.312
Valor não aplicado	4.997	10.688
Total das Obrigações	3.893.253	3.720.583
Total	18.144.751	16.323.432

As obrigações especiais, referem-se aos recursos recebidos dos consumidores, para possibilitar a execução de obras de ampliação e ou reforço de rede, necessárias ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

De acordo com a resolução ANEEL n.º. 02 de 24 de dezembro de 1997, as taxas de depreciação, dos principais bens e instalações da Companhia registrados e controlados por Unidade de Cadastro - UC, são as seguintes:

Estrutura – distribuição	5,0 %
Condutor – distribuição	5,0 %
Luminária	7,7 %
Medidor	4,0 %
Transformador de distribuição	5,0 %
Veículo	20,0 %
Equipamento geral	10,0 %
Edificação	4,0 %

4.12.5 – DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS OBRAS E BAIXAS CONCLUÍDAS

DESCRIÇÃO	IMOBILIZAÇÕES	BAIXAS
Ampliação de Rede Urbana	297.094	183.944
Ampliação de Rede Rural	301.943	
Reforço de Rede Urbana	29.314	
Reforço de Rede Rural	63.566	
Melhoria de Rede Urbana	551.365	
Melhoria de Rede Rural	152.884	
Ramal aéreo	287.695	
Aplicação de Medidores	487.392	73.607
Móveis e Utensílios Equipamento Geral	76.875	
TOTAL	**2.248.128**	**257.551**

4.13 DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

4.14 - DIFERIDO

		2004	2003
Diferido em serviço		839.223	839.223
(-) Amortização acumulada	20%	664.487	500.319
		174.736	**338.904**

PASSIVO CIRCULANTE

4.15 - FORNECEDORES

	2004	**2003**
Energia comprada p/ revenda	1.592.489	1.382.916
Materiais e serviços	146.054	300.895
	1.738.543	1.683.811

4.16 - FOLHA DE PAGAMENTO

	2004	2003
Imposto de renda retido	24.431	17.753
INSS retido	22.231	0
Saldo salários a pagar	604	20.600
Sindicato de classe	1.291	1.934
Empréstimos	6.725	0
Outros	1.000	4.733
	56.282	45.020

4.17 -TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2004	2003
Imposto de renda	302.850	168.891
ICMS	945.067	859.572
FGTS	34.190	26.573
INSS	77.563	0
COFINS	196.161	130.246
PASEP	38.647	40.052
Contribuição Social	110.755	0
Outras	1.324	338
	1.706.557	1.225.672

4.18 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2004	2003
Eletrobrás	274.254	223.751
Banco do Brasil S/A	450.000	0
	724.254	223.751

4.19 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2004	2003
Provisão de férias/gratificação	344.585	310.480
Provisão INSS/FGTS	128.444	115.738
	473.029	426.218

4.20 - ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	2004	2003
Reserva global de reversão	41.834	57.589
Quota p/ conta de consumo de Combustível	165.269	82.025
Conta de Desenvolvimento Energético	67.972	0
	275.075	139.614

4.21 – ENCARGOS TARIFARIOS

	2004	2003
Encargos de capacidade emergencial	89.251	147.369
	89.251	147.369

4.22 – OUTROS

	2004	2003
Contribuição p/Custeio de Serviço de Iluminação Pública	21.511	647.135
Empréstimo compulsório – Eletrobrás	220.972	19.643
	242.483	666.778

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

4.23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2004	2003
COFINS	865.280	865.280
PASEP	187.477	187.477
SAT	363.770	284.470
CPMF	28.455	28.455
	1.444.982	1.365.682

Depósitos Judiciais	**2004**		**2003**	
Fiscais				
COFINS		865.280		865.280
PASEP		187.477		187.477
Outros	79.300	392.225	78.709	312.925
Total	79.300	1.444.982	78.709	1.365.682

4.24 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2004		2003	
	Principal + Encargos		Principal + Encargos	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Em moeda Nacional				
Eletrobrás				
ECF 1977/00	138.825	127.256	138.825	266.081
ECF 2041/00	135.429	248.288	84.926	240.624
ECF 063/04	0	43.169	0	0
Banco do Brasil S.A	450.000	0	0	0
Total	724.254	418.713	223.751	506.705

- Taxa de Juros de 5% ao ano, " PRO RATA TEMPORIS " sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.
- Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

4.25 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2004		**2003**	
	VALOR DA PROVISÃO		VALOR DA PROVISÃO	
Contingência	No exercício	Acumulada	No exercício	Acumulada
Trabalhistas	46.500	91.500	(135.000)	45.000
Comerciais	(33.100)	0	(200.550)	33.100
Fiscais	(182.100)	0	182.100	182.100
Outras	43.481	66.681	(49.400)	23.200
Total	(125.219)	158.181	(202.850)	283.400

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.26 - CAPITAL SOCIAL

	2004	2003
Prefeitura Municipal de Campo Largo	14.212.455	10.659.341
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	1.725.753	1.294.315
Demais Acionistas	61.792	46.344
	16.000.000	12.000.000

O Capital Social totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2004	2003
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto Aposentadorias e Pensões de Campo Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003

De conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas, um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

4.27 - RESERVAS DE CAPITAL

	2004	2003
Outras reserva de capital	20.256	20.256
	20.256	20.256

4.28 - RESERVAS DE LUCROS

	2004	2003
Reserva legal	451.102	453.317
Reserva de retenção de lucros	3.418.650	3.877.877
	3.869.752	4.331.194

A reserva de retenção de lucros, foi constituída de parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia que será efetuado com capital próprio por deliberação da Assembléia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício é limitada a 20% do Capital Social.

4.29 - CÁLCULO DOS DIVIDENDOS

O artigo 9º da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos como distribuição de lucros do exercício no montante de R$ 1.600.000,00, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Se não houvesse a opção do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, a base para os Dividendos mínimos obrigatórios do exercício seria como segue:

	2004	2003
Lucro líquido do exercício	5.138.558	3.883.483
(-) Reserva legal	256.928	194.174
Lucro líquido ajustado	4.881.630	3.689.309
Dividendos obrigatórios – 25%	1.220.408	922.327
(-) Juros s/capital próprio imputados Como dividendos	1.600.000	1.500.000
Dividendos a pagar	0	0

RESULTADO OPERACIONAL

4.30 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Número de Consumidores		**MWh**		**R$**	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
Residencial	28.906	27.376	46.990	45.272	13.178.563	11.021.962
Industrial	238	242	95.973	91.871	13.752.173	11.720.639
Comércio, Serviço e Outras	1.952	1.939	18.517	18.223	4.275.283	3.649.962
Atividades Rural	771	732	3.911	3.361	603.400	448.712
Poder Público	160	166	1.797	1.661	422.419	336.662
Iluminação Pública	1	1	9.852	9.834	1.381.818	1.181.296
Serviço Público	35	34	3.445	3.447	479.924	460.617
Consumo Próprio	2	2	86	98		
Subtotal	32.065	30.492	180.571	173.767	34.093.580	28.819.850
ICMS					11.739.720	10.163.662
Fornecimento Não Faturado			382	628	191.688	212.699
TOTAL	32.065	30.492	180.953	174.395	46.024.988	39.196.211

4.31 - OUTRAS RECEITAS

	2004	2003
Renda prestação de serviços	14.893	41.332
Serviço taxado	59.737	85.467
Arrendamento e aluguéis	200.708	388.610
Ganho alienação materiais	0	44.876
Outros	92.876	59.619
	368.214	619.904

4.32 – QUOTA PARA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

	2004	2003
Quotas recolhidas no exercício	328.557	309.101
Recolhimento a menor no exercício 2002 em relação ao investimento reversível	1.695	0
Recolhimento a maior no exercício de 2004 em relação ao investimento reversível	(21.530)	(2.350)
	308.722	306.751

4.33 – DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO

	2004	2003
Depreciação	1.376.286	1.294.837
Crédito COFINS	(54.036)	0
Crédito PASEP	(13.588)	0
	1.308.662	1.294.837
Amortização	164.169	167.844
Total	1.472.831	1.462.681

4.34 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	MWh		Despesa R$	
	2004	2003	2004	2003
COPEL	192.902	185.190	14.312.300	11.997.961
Crédito COFINS	0	0	(1.010.214)	0
Crédito PASEP	0	0	(236.153)	0
Total	192.902	185.190	13.065.933	11.997.961

4.35 - DESPESAS DE PESSOAL

	2004	**2003**
Pessoal		
Remunerações	2.964.414	2.577.318
Encargos sociais	1.028.197	903.542
Auxílio alimentação	301.969	227.814
Convênio assistencial e outros benefícios	433.588	322.306
Provisões	795.574	588.286
(-) Transferências para Atividades	(1.240.530)	(1.148.076)
Total	**4.283.212**	**3.471.190**

4.36 - OUTRAS DESPESAS

	2004	2003
Taxa de fiscalização	76.289	59.701
Contribuição p/ entidades	20.439	13.913
Serviços p/conta terceiros	40.308	47.172
Aluguéis	147.188	137.412
Crédito cofins	(10.326)	0
Crédito pasep	(2.430)	0
Doações/contribuições	24.066	10.712
Pesquisa e desenvolvimento	222.868	201.344
Recuperação de despesa	(18.363)	(57.400)
Indenização danos elétricos	11.299	133.118
Outras	42.211	51.067
	553.549	597.039

4.37 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2004	**2003**
Receitas Não Operacionais		
Outras receitas não operacionais	3.888	774
Total	3.888	774
Despesas Não operacionais		
Prejuízo na Desativação de bens e direitos	60.762	18.378
Total	60.762	18.378

5 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos.

Em 2003 o montante dessa participação foi de R$ 163.287 e em 2004 foi de R$ 179.210.

6 -RECONCILIAÇÃO DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2004	**2003**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.507.283	3.728.077
Imposto de renda e contribuição social	1.872.476	1.267.546
Efeitos Fiscais sobre:		
(-) Participação nos Resultados	60.931	55.518
(-) Incentivos Fiscal	7.638	20.114
(+) Depreciação e baixa complementar	13.503	13.655
(+) Provisão para devedores duvidosos de contingência e de participação societária	(38)	(72.237)
(-) Adições Temporárias	3.857	(71.975)
(-) Outros	24.000	24.000
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.789.515	1.181.307

7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Até 31 de dezembro de 2004, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados a moeda estrangeira.

8 - O VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos calculados com base no valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros correntes para operações similares e vencimentos comparáveis em 31 de dezembro de 2004, representam valores menores que o contábil.

Em decorrência dos encargos financeiros a título de juros e correção monetária aplicados pela Eletrobrás para essa linha de empréstimos tomados serem inferiores aos de mercado.

9 - CONCENTRAÇÃO DE RISCOS DE CRÉDITOS

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

10 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADES

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

11 - PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia não possui prejuízos fiscais a compensar.

12 - CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por alguns processos civis e trabalhistas, tendo efetuado provisão em valor suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis.

13 - CRC - CONTA DE RESULTADO A COMPENSAR

A Companhia não possui saldo de CRC – Conta de Resultados a Compensar.

14 - BENS DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO

A Companhia não possui bens da união sob administração.

15 - SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Bem Segurado	**Risco**	**Data de Vigência**	**Importância Segurada**	**Prêmio**
Sede Social	Incêndio Danos Elétricos Vendaval Responsabilidade Civil	14/10/2004 14/10/2005	500.000	1.510,56
Almoxarifado	Incêndio Danos Elétricos Vendaval Responsabilidade Civil	14/10/2004 14/10/2005	300.000	904,27
ASCEL	Incêndio Danos Elétricos Vendaval Roubo / Furto	14/10/2004 14/10/2005	100.000	410,44
Subestação	Equipamentos da Subestação	17/02/2004 12/02/2005	1.919.541	51.250,85
Veículos	Casco Danos Materiais Morte Acidental Invalidez Permanente Danos corporais	05/06/2004 05/06/2005	Valor de mercado referenciado	12.118,58
	TOTAL			**66.194,70**

16 - REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

a) reajuste tarifário anual;

b) revisão tarifária extraordinária;

c) revisão tarifária periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/98, foi assinado em 30 de março de 1999, sendo a data de sua primeira revisão tarifária periódica estabelecida para 30 de março de 2004.

A revisão tarifária periódica consiste em se definir um novo valor de receita para o serviço de distribuição. Esse valor deve ser determinado considerando-se que as tarifas reguladas devem refletir os conceitos fundamentais de custos operacionais eficientes e adequada remuneração.

O prestador de serviço de distribuição necessita que a tarifa cubra:

a) custos operacionais eficientes;

b) adequado retorno sobre capital investido para construir a infra-estrutura necessária para prestar o serviço de distribuição.

No momento da revisão tarifária são estabelecidas novas tarifas com base em custos eficientes, de forma que os consumidores sejam beneficiados pelas reduções de custos e pela maior eficiência que a concessionária teve a oportunidade de obter. Dessa forma, a remuneração do

capital investido na prestação do serviço não é pré-determinada (como no regime de custo do serviço), mas pode ser acrescida como resultado da redução dos custos de operação, uma vez que os contratos prevêem mecanismos que procuram fazer as tarifas permanecerem constantes em termos reais.

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes – para um dado nível de qualidade do serviço – e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário que serão expressas na tarifa.

No processo de revisão tarifária, um dos aspectos preponderantes na fixação das tarifas ao consumidor é a chamada base de remuneração da concessionária, que constitui o valor dos ativos da concessão efetivamente utilizados na prestação do serviço de energia elétrica. A avaliação e a quantificação desses ativos para definição da base de remuneração é feita por empresas credenciadas pela ANEEL e posteriormente validada pela Agência. Para a COCEL a base de remuneração ficou definida em R$ 14.675.050.

O percentual de reajuste de tarifa da Companhia em função do processo de revisão tarifária foi em média 11,37% e o fator X de 1,08.

17. COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DE ITENS DA "PARCELA A"

O valor da "Parcela A" do período de 01/01 a 25/10/2001 homologado pela ANEEL conforme a Resolução 482/02 foi de R$ 283.968.

Através da 65ª Assembléia Geral Extraordinária de 25/04/2003 foi aprovado pelos acionistas a não aplicação do índice de reajuste complementar da recomposição tarifária extraordinária das tarifas de energia elétrica constantes do anexo I da Resolução 132 de 27/03/2003 da ANEEL.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2004.

Rubens Mazzon
Diretor Presidente

Nelson Portugal Guimarães
Diretor Econômico-Financeiro

Gilmar Coltro
Diretor Administrativo

Carlos Campolim Barrichello
Diretor Técnico

Francisco O. de Oliveira Escorsim
Diretor Jurídico

Silmeri de Fátima Belon
Téc.Cont. – CRC/PR 019305/O-3
CPF 323.040.219-72

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2004, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 14 de março de 2005..

ALCIBÍADES SPREA — **EDSON LUIZ DE OLIVEIRA**

MURILO WEBER — **LEONARDO EWERT**

FÁBIO JOSÉ BONATO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, submetendo-os à deliberação final da Assembléia Geral.

Campo Largo 15 de março de 2005.

ADOLFO SPAKI — **RACHEL FERREIRA**

HERMINIA L. MALINOWSKI — **ÉMERSON MANOEL NORILLER**

JOSÉ ROBERTO ANDREASSA — **ILTON PELIZZARI**

MARIA INES THOME DE BRITO CEQUINEL — **ANTONIO GAVLAK SOBRINHO**

DIVOCIR CARLOS CRUZARA — **WILSON PAULART**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

10 de março de 2005.

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
Campo Largo - PR

1) Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade em consonância às normas específicas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no entanto as referidas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo "2" e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
4) Em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular n° 190/2005-SFF/ANEEL de 01 de fevereiro de 2005, retificado pelo Ofício Circular nº 302/2005-SFF/ANEEL, de 25 de fevereiro de 2005, a Entidade contabilizou a débito de Despesas Pagas Antecipadamente no Ativo Realizável a Longo Prazo, em contrapartida às contas correspondentes às contribuições de PIS e Cofins, no Resultado do Exercício, o impacto (efeito positivo) produzido decorrente da mudança de critérios de apuração dessas contribuições, no montante de R$ 1.324.341. As regras de atualização monetária desses efeitos regulatórios, bem como sua forma de realização, serão objeto de pronunciamento futuro daquele órgão.

NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS-023584/O-8 S-PR
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/O-2 F-PR